



Câmara Municipal de Matipó

CNPJ 86.726.734/0001-78

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0013/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026

ATO QUE AUTORIZA CONTRATAÇÃO DIRETA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação e aperfeiçoamento profissional, mediante fornecimento de inscrição em curso presencial denominado "Formação Completa em Licitações e Contratos Administrativos", destinado à atualização e qualificação de agentes públicos da Câmara Municipal de Matipó/MG, com enfoque na aplicação prática da Lei Federal nº 14.133/2021, abrangendo temas relacionados ao planejamento das contratações públicas, elaboração de documentos da fase preparatória, modalidades licitatórias, critérios de julgamento, contratações diretas, gestão e fiscalização de contratos administrativos, visando o aprimoramento técnico dos participantes e o fortalecimento das atividades administrativas e institucionais do Poder Legislativo Municipal.

2. DADOS DO FORNECEDOR SELECIONADO

FORNECEDOR: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PUBLICO PLENUM BRASIL LTDA

CNPJ: 21.650.715/0001-60

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação encontra fundamento legal no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, que dispõe ser inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, especialmente nos casos de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, incluindo treinamentos e aperfeiçoamento de pessoal.

No caso em análise, trata-se de contratação voltada à participação de agentes públicos em curso de capacitação técnica especializada, cuja natureza é eminentemente intelectual e voltada ao desenvolvimento de competências específicas relacionadas à atuação do Poder



Câmara Municipal de Matipó

CNPJ 86.726.734/0001-78

Legislativo, especialmente no âmbito das políticas públicas e do Direito Público. Tal característica enquadra-se diretamente na hipótese legal de inexigibilidade, uma vez que não se trata de serviço padronizado ou comum, mas sim de atividade que envolve conteúdo específico, metodologia própria e abordagem técnica diferenciada.

A inviabilidade de competição decorre da singularidade do objeto, que está associada à estrutura do evento, ao conteúdo programático previamente definido, à qualificação dos palestrantes e à metodologia adotada pela instituição promotora. Tais elementos, considerados em conjunto, tornam o serviço único, não sendo possível estabelecer critérios objetivos de comparação entre diferentes fornecedores que permitam a realização de processo competitivo nos moldes tradicionais.

Ademais, a contratação está amparada no conceito de notória especialização, também previsto na Lei nº 14.133/2021, caracterizado quando o prestador demonstra reputação consolidada, experiência comprovada e reconhecimento no mercado na área de atuação, de modo que seu trabalho é considerado o mais adequado para atender à necessidade da Administração. No presente caso, a instituição promotora e os profissionais envolvidos apresentam qualificação técnica compatível com o objeto, evidenciando a adequação da escolha.

Importa destacar que, conforme entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência dos órgãos de controle, a inexigibilidade de licitação é plenamente aplicável à contratação de cursos, treinamentos e capacitações, desde que demonstrada a pertinência temática, a singularidade do objeto e a notória especialização do fornecedor, bem como a compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado.

Ressalta-se, ainda, que a Administração Pública deve instruir o processo com os elementos necessários à comprovação da inviabilidade de competição, da escolha do fornecedor e da justificativa de preço, em observância aos princípios da legalidade, motivação, eficiência e interesse público.

Dessa forma, a contratação pretendida encontra pleno respaldo legal, sendo a inexigibilidade de licitação o instrumento adequado para sua formalização, garantindo a



Câmara Municipal de Matipó

CNPJ 86.726.734/0001-78

seleção de solução técnica compatível com as necessidades institucionais e a adequada aplicação dos recursos públicos.

4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Inicialmente, a presente contratação se justifica diante da necessidade da capacitação do servidor acerca do tema "**Formação Completa em Licitações e Contratos Administrativos**", sob pena de impossibilidade de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores, tornando-os com conhecimentos desatualizados.

Neste diapasão, para que haja licitude da presente contratação, esta deve atender, simultaneamente, os requisitos previstos na Lei nº 14.133/21. Vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Tendo em vista os documentos retro mencionados, esta contratação encontra-se amparada por pressuposto, estando apta a prosseguir com a contratação.

No tocante a notoriedade, esta se faz pelo conhecimento da alta capacidade do profissional que possui currículo satisfatório dos palestrantes, perante o tema do curso e da necessidade da administração para capacitar os servidores.

A Administração possui margem de discricionariedade para escolher a empresa que mais lhe parecer adequada. Frisa-se que esta discricionariedade tem que possuir sintonia com a necessidade administrativa à qualidade almejada.

Nessa vereda, uma vez preenchido os requisitos acima mencionados, a Administração não poderá realizar a contratação de empresa especializada em capacitação por intermédio de



Câmara Municipal de Matipó

CNPJ 86.726.734/0001-78

licitação, eis que os profissionais ou empresa são incomparáveis, inviabilizando a competição. A realização de licitação poderia transportar na aquisição de um serviço de qualidade imprópria.

Neste ínterim, justifica-se a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação da empresa "INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PUBLICO PLENUM BRASIL LTDA", possuindo em seu corpo de professores, profissionais de notória especialização, capazes de conduzir cursos abrangendo o tema proposto, além de preencher os requisitos exigidos pela Legislação.

5. JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A justificativa do valor da contratação fundamenta-se na análise da compatibilidade do preço proposto com os valores praticados no mercado para serviços de natureza semelhante, especialmente aqueles relacionados à capacitação técnica especializada de agentes públicos.

O valor total da contratação corresponde à aquisição de 01 (uma) inscrição, ao custo unitário de R\$2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais). Tal valor contempla a participação integral no evento, incluindo acesso a todas as atividades programadas, material didático, infraestrutura disponibilizada pela instituição promotora e certificação.

Para fins de aferição da vantajosidade econômica, foi realizado levantamento de mercado considerando cursos presenciais similares, os quais, em geral, apresentam valores compatíveis ou superiores ao proposto, especialmente quando envolvem conteúdo técnico especializado, profissionais com notória experiência e estrutura adequada para realização do evento.

Ressalta-se que o valor praticado se encontra em consonância com a média de mercado para capacitações dessa natureza, considerando fatores como carga horária, complexidade do conteúdo, qualificação dos palestrantes, metodologia empregada e infraestrutura oferecida, não se verificando sobrepreço ou incompatibilidade com os parâmetros usualmente adotados.

Ademais, o valor da contratação mostra-se economicamente mais vantajoso quando comparado a alternativas como a realização de curso na sede da Câmara, que implicaria custos adicionais com contratação de instrutores, deslocamento, hospedagem, material e



Câmara Municipal de Matipó

CNPJ 86.726.734/0001-78

estrutura, ou mesmo quando analisado sob a perspectiva de custo-benefício em relação a outras modalidades menos eficazes.

Destaca-se, ainda, que o investimento realizado apresenta elevado potencial de retorno institucional, na medida em que contribui diretamente para o aprimoramento da atuação legislativa, melhoria da qualidade das proposições normativas e fortalecimento da fiscalização das políticas públicas, justificando plenamente o dispêndio realizado.

Dessa forma, conclui-se que o valor da contratação é adequado, razoável e compatível com o mercado, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução da presente contratação são oriundos das seguintes dotações orçamentárias: Programa de Trabalho nº 01.031.0001.4001.0000 (AGENTES POLÍTICOS E GABINETE DA PRESIDÊNCIA), Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), Desdobramento da Despesa nº 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica).

7. CONCLUSÃO

Após cumpridas as formalidades, considerando a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação, e a seleção realizada através do critério MENOR PREÇO, **AUTORIZO** a realização da Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026, através do Processo Administrativo nº 0013/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação e aperfeiçoamento profissional, mediante fornecimento de inscrição em curso presencial denominado "Formação Completa em Licitações e Contratos Administrativos", destinado à atualização e qualificação de agentes públicos da Câmara Municipal de Matipó/MG, com enfoque na aplicação prática da Lei Federal nº 14.133/2021, abrangendo temas relacionados ao planejamento das contratações públicas, elaboração de documentos da fase preparatória, modalidades licitatórias, critérios de julgamento, contratações diretas, gestão e fiscalização de contratos



Câmara Municipal de Matipó

CNPJ 86.726.734/0001-78

administrativos, visando o aprimoramento técnico dos participantes e o fortalecimento das atividades administrativas e institucionais do Poder Legislativo Municipal.

Considerando a regular instrução do procedimento administrativo, a observância dos princípios que regem as contratações públicas, bem como a conformidade dos atos praticados com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 001/2026 desta Câmara Municipal;

Considerando a demonstração da vantajosidade da proposta vencedora, a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e a adequada formalização da fase preparatória e de seleção do fornecedor;

HOMOLOGO o presente procedimento de contratação, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Em ato contínuo, DETERMINO:

- I – A adoção de todas as providências necessárias à formalização do instrumento contratual ou instrumento equivalente, conforme o caso, observando-se as disposições legais e regulamentares aplicáveis, especialmente quanto às cláusulas essenciais, prazos, condições de execução e responsabilidades das partes;
- II – A verificação prévia da regularidade fiscal, trabalhista e demais requisitos de habilitação do contratado, quando exigíveis, como condição para a celebração do ajuste;
- III – A emissão da respectiva nota de empenho, ou instrumento contábil equivalente, em conformidade com a dotação orçamentária disponível e previamente indicada no processo;
- IV – A promoção da publicidade e transparência de todos os atos praticados, mediante a divulgação no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, no Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos dos arts. 72, parágrafo único, e 94 da Lei nº 14.133/2021;
- V – A juntada aos autos de todos os documentos comprobatórios das etapas subsequentes, inclusive publicação, empenho, contrato e eventuais termos aditivos, assegurando a completude e rastreabilidade do processo;
- VI – O encaminhamento dos autos ao setor competente para acompanhamento da execução contratual, com observância dos princípios da eficiência, economicidade e controle, bem como para adoção de eventuais medidas corretivas, caso necessário;



Câmara Municipal de Matipó

CNPJ 86.726.734/0001-78

VII – A observância do cumprimento integral das condições pactuadas, com especial atenção aos prazos, qualidade do objeto e conformidade com o instrumento contratual, devendo quaisquer irregularidades serem imediatamente comunicadas e formalmente registradas.

Matipó-MG, 10 de junho de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Wanderson Diogo Ricardo

Presidente da Câmara Municipal